

Gm (Relatório Gm)  
14/9/99 ps 2  
269

# Tribos registram taxa de crescimento populacional de 4%

O ex-presidente da Funai e integrante do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) Márcio Santilli chama a atenção para um mito criado em torno da população indígena. Na cabeça das pessoas, em geral, existe a certeza de que a partir dos anos 70 a população indígena não parou de diminuir, devido ao avanço da fronteira agrícola e do desmatamento.

“O que houve foi que, nos primeiros contatos dos índios com a chamada civilização, as aldeias foram contaminadas com doenças típicas do homem branco, tendo sido registradas taxas de mortalidade de até 90%. Depois da primeira fase, os índios foram naturalmente adquirindo resistências e aos poucos foi se recompondo a população. Em muitos casos, o crescimento da taxa demográfica vem dando mais de 4%, bem acima da taxa nacional”, afirma. Segundo ele, eventualmente pode estar havendo queda de população entre algumas tribos, mas a maioria delas registra crescimento populacional.

Essa “explosão demográfica” não é problema na Amazônia, na sua avaliação. “Com um pequeno investimento, isso é perfeitamente equacionável. O problema é gerar excedente para garantir a sobrevivência dos índios em áreas distantes, sem meios de transporte ágeis”. Ele aponta como exemplos de índios obrigados a migrar por falta de reservas adequadas, a população jovem das tribos Terenas e Kaióás, que vem sendo obrigada a abandonar suas terras e partir para as cidades. “É impossível garantir a sobrevivência de uma comunidade indígena com uma densidade demográfica de três a quatro índios por hectare”, diz Santilli.

No Brasil, a estimativa oficial é que existem 350 mil índios, divididos em 215 etnias e uma grande diversidade cultural, com 170 línguas. A maior de todas as etnias é a guarani, que conta com aproximadamente 40 mil pessoas. Nos primeiros contatos entre os portugueses e os índios, a população indígena no Brasil era estimada entre 2 a 6 milhões de pessoas, chegando a 170 mil no início dos anos 70, com a corrida para o Centro-Oeste e Amazônia. Calcula-se que eles sejam hoje o dobro, mas não é possível garantir, já que o censo do IBGE não dá atenção especial aos índios.

A Constituição de 1988, na opinião de Santilli, foi um divisor de águas em relação à política indigenista no Brasil.

A partir daí, os índios deixaram de ser meros objetos arqueológicos para serem nossos parceiros para o futuro. Até 1988, a Constituição reconhecia os direitos indígenas, mas dizia que eles deveriam sofrer um processo de aculturação a fim de serem incorporados ao restante da população. A grande revolução, segundo Santilli, é que a atual Constituição deixou de falar em integração dos índios à sociedade branca.

Afinal, quem é o grande responsável pelo avanço do desmatamento? Santilli não tem dúvida: “O principal vetor do desmatamento é o investimento público. Não é o pequeno agricultor ou o garimpeiro ou o fazendeiro. Esses se espalham atendendo à lógica dos investimentos do setor público, especialmente em infra-estrutura.”

Ele dá como exemplo o asfaltamento da BR-174, que atraiu naturalmente as madeireiras. Há três anos, não havia desmatamento naquela área nem incêndios significativos. “Graças a isso, Manaus passou a sofrer as consequências das queimadas. É preciso que o governo se conscientize da necessidade de criar formas para neutralizar os impactos ambientais negativos”.

Segundo ele, junto com a infra-estrutura deve vir o planejamento ambiental. “Não se trata apenas de um simples relatório de impacto ambiental”, adverte. Esse conceito é bem mais amplo que a ocupação das áreas próximas à rodovia, ferrovia ou hidrovía deve ser feita a partir da ótica do desenvolvimento sustentado. “Se não fizer isso, o governo vai acabar tendo que arcar com os custos provenientes da ocupação irracional”.

Santilli assinala que, pela primeira vez, governo e organizações não-governamentais tendem a falar a mesma linguagem e isso pode ser constatado nos encontros que reúnem representantes do setor público e das ONGs. Antes, as denúncias de políticas anti-ambientalistas eram levadas prioritariamente aos organismos financeiros internacionais, em especial ao Banco Mundial. Hoje, há quase um consenso de que é melhor discutir esses problemas diretamente com o governo, aproveitando o fato de que a questão ambientalista está sendo atacada de forma mais ampla pelas autoridades.

Santilli diz que as ONGs pretendem poder chegar à reunião que será realizada com representantes dos países doadores do GPG7, em outubro, falando a mesma linguagem do governo.

(I.C. e M.Z.)